

Domingo, 14 de Junho de 2026

Embaixador diz que prisão de Carla Zambelli na Itália pode ocorrer a qualquer momento

Porta-voz brasileiro destacou que há uma mobilização para deter o quanto antes a parlamentar, que está na lista vermelha da Interpol

O embaixador do Brasil na Itália, Renato Mosca, afirmou nesta quinta-feira (12) que a deputada federal [Carla Zambelli](#) (PL-SP) pode ser **presa a qualquer momento** no país europeu.

Em entrevista à *Globo News*, o porta-voz brasileiro destacou que há uma "evidente mobilização" para deter o quanto antes a parlamentar porque ela está na [lista de difusão vermelha](#) da Organização Internacional de Polícia Criminal (**Interpol**).

"As autoridades judiciais italianas acataram o pedido e, hoje, ela poderá ser presa a qualquer momento. [...] As forças policiais italianas estão trabalhando na investigação e na localização dessa foragida para efetuar a prisão", reforçou Renato Mosca.

O embaixador explica que "não há uma operação ou mandado de busca e apreensão" contra Zambelli na Itália. Conforme as leis do país, "ela não pode ser presa dentro do que é considerado um domicílio dela", como uma casa ou um hotel. "Ela pode ser presa em qualquer lugar que não seja inviolável", detalhou.

No entanto, o porta-voz esclarece que há um mandado de prisão provisória para fins extradicionais, ou seja, "o mandado a partir do pedido da Interpol solicitado pelo governo brasileiro que foi referendado pelas autoridades judiciais italianas".

Entenda a condenação de Zambelli

O STF condenou a deputada federal Carla Zambelli a dez anos de prisão e à perda do mandato por invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além dela, também foi condenado o hacker **Walter Delgatti**, réu confesso que, junto da parlamentar, ainda terá de pagar uma indenização de R\$ 2 milhões por danos morais e coletivos.

Os dois são acusados de invadir o sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde inseriram documentos falsos, incluindo um mandado de prisão fraudulento contra o ministro do STF, Alexandre de Moraes.

Na última sexta-feira (6), a Primeira Turma rejeitou os recursos que a deputada apresentou a fim de tentar reverter a sentença inicial. A confirmação da condenação de Zambelli foi anunciada três dias após a parlamentar anunciar que deixou o Brasil com o propósito de se estabelecer na Europa e, assim, evitar ser presa.

Fora do Brasil

Ao deixar o Brasil, Zambelli passou pelos Estados Unidos e partiu para a Itália, onde ingressou pouco antes de ter o nome incluído na lista de **fugitivos procurados pela Interpol** e do ministro Alexandre de Moraes decretar a prisão dela e o bloqueio dos passaportes (inclusive o diplomático), salários, contas bancárias, bens móveis e imobiliários e acesso às redes sociais.

Zambelli afirma ser alvo de perseguição política e já classificou a decisão do STF como "ilegal, inconstitucional e autoritária". Para ela, constitucionalmente, um deputado federal só pode ser preso em flagrante ou por crime inafiançável, e a perda de mandato precisaria ser aprovada por seus pares, em plenário.

Essa tese que não conta com o apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta.

“Quando há uma conclusão de julgamento do STF, não cabe mais ao presidente da Câmara colocar isso em votação, porque já há a condenação. Então, a decisão judicial tem que ser cumprida”, acrescentou Motta, assegurando que, embora defenda as prerrogativas parlamentares, não há o que fazer no caso de Zambelli.

Foto: *Vinicius Loures/Câmara dos Deputados*

diarionordeste